



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

Processo nº: **1003027-32.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Veículos**
 Requerente: **Valquiria Ribeiro da Cruz Freire- Acompanhado(a) pelo(a) Advogado(a) Dr(a). Cristina Pedrozo Rosante OAB/SP 323.168.**
 Requerido: **Diego José da Silva Pires - RG. 44564711, CPF. 368.668.448-94 Desacompanhado de advogado.**

Aos 31 de maio de 2017, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado acima identificados. Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos: **1-O** requerido pagará à requerente, por conta de todo o débito, o valor de **R\$-5.500,00** em **uma única parcela**, vencendo-se em **26/06/2017**; **2-O** pagamento será efetuado diretamente na conta corrente da autora, **Banco do Brasil S/A – Agência 0295-X C/C 5.169-1**, e o(s) comprovante(s) de depósito servir(ão) como recibo; **3-O** não pagamento da parcela, implicará no vencimento antecipado da dívida além de **multa de 10%** sobre o saldo remanescente da dívida. Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: *"Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III "b" do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias corridos do prazo previsto para o pagamento da parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". E.T. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.* Eu, Edilson de Oliveira Santos, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

MM Juiz:

Requerente:

Adv. Requerente(s):

Requerido: